

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 532.037 - MT (2019/0268032-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : JOSE RENATO DE MORAES**  
**ADVOGADO : JOSE RENATO DE MORAES - MT025831B**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PACIENTE : ONUAR SANTANA DE ARAUJO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ONUAR SANTANA DE ARAUJO em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, assim ementado (fl. 15):

HABEAS CORPUS - ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006 E ART. 12 DA LEI N.º 10.826/2003 - PRISÃO PREVENTIVA – 1. AVENTADA EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA AO INCREPADO - CO-INVESTIGADO PRIMÁRIO E COM BONS ANTECEDENTES - PACIENTE QUE RESPONDE A EXECUTIVO DE PENA POR CRIME CORRELATO - IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA BENESSE – 2. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E JUSTA CAUSA - PRISÃO DECRETADA A BEM DA ORDEM PÚBLICA - FUNDADA PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA - PACIENTE COM ANTECEDENTES CRIMINAIS POR CRIME DA MESMA NATUREZA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente, juntamente com outros dois corréus, foram presos em flagrante no dia 4/7/2019 pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 da Lei de Tóxicos, 12 da Lei 10.826/2003 e 2º da Lei 12.850/2013, cuja custódia foi convertida em preventiva no dia 9/7/2019.

Impetrado *mandamus* na origem, a ordem foi denegada.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que a situação fática em relação a todos os envolvidos nos crimes foi idêntica, contudo apenas um dos réus foi beneficiado com a soltura, mediante aplicação de medidas cautelares diversas.

Destaca que, ausentes as razões para a decretação da prisão preventiva, o paciente faz *jus* à extensão da ordem de soltura deferida a um dos corréus.

Requer a concessão da ordem para estender-se ao paciente a liberdade provisória concedida pelo Juízo de piso a um dos réus, revogando-se a sua prisão preventiva, e expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida (fls. 69/73).

# *Superior Tribunal de Justiça*

As informações foram prestadas (fls. 76/86 e 91/97).

O parecer do Ministério Público Federal foi pela não concessão da ordem (fls. 100/104).

Na origem, o Processo n. 3711-06.2019.811.0021 encontra-se na fase de instrução, a denúncia foi recebida na data de 29/8/2019, conforme informações obtidas no site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, na data de 3/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional assim dispôs (fls. 26-30):

Trata-se de comunicação da prisão em flagrante de Jorge Pedroso, Onuar Santana de Araújo e Roni de Sousa Rosa, ocorrida no dia 04 de julho de 2019, pela prática, em tese, das infrações penais tipificadas no artigo 33 da Lei de Drogas nº 11.343/06, artigo 12 da Lei nº 10.826/03 e artigo 2º, da Lei nº 12.850/2013.

**Consta no caderno investigativo que, após receber uma informação de que o autor de outro crime ocorrido dias atrás estava na chácara do Jorge, deslocaram-se até o local indicado para averiguar a denúncia, onde visualizaram três rapazes no local, sendo Roni, Onuar e um terceiro que empreendeu fuga com algo em mãos, não sendo possível realizar a abordagem deste. Fora realizada entrevista pessoal com os autuados, oportunidade em que Roni afirmou ter sido contratado para busca-los no Hotel Araras e levá-los até a residência do Jorge. Por sua vez, Onuar não quis fornecer o nome do sujeito que estava com ele. Realizada a revista nos pertences dos mesmos foi localizada uma balança de precisão com resquícios aparentemente de pasta base de cocaína, duas porções de maconha, duas munições calibre 22 (vinte e dois), bem como dentro da carteira de Onuar fora encontrado quantia em dinheiro (R\$ 507,45 (quinhentos e sete reais e quarenta e cinco centavos)), cheques e um chip escondido em um embrulho.**

Por fim, há ainda nos autos que, em entrevista com o autuado Jorge este informou que os sujeitos chegaram oferecendo uma quantidade de entorpecente ao mesmo, no entanto, disse que não tinha interesse.

Quando interrogados, os flagrados manifestam o desejo de permanecerem em silêncio.

É o sucinto relatório. Fundamento e Decido.

Verifico que a segregação cautelar foi legal, sendo o auto de prisão em flagrante devidamente lavrado pela autoridade competente. Do mesmo modo, foram devidamente observadas as garantias constitucionais e legais dos autuados, comunicada a prisão e o local onde se encontra ao juiz competente,

# *Superior Tribunal de Justiça*

estando o auto de prisão em flagrante formal e materialmente perfeito, sem vício aparente, razão pela qual deve ser homologado.

Os custodiados, por ora, estão presos por força do flagrante e por essa razão passo à análise da possibilidade da concessão de liberdade ou da decretação da prisão preventiva.

[...]

1 - Quanto aos custodiados **JORGE PEDROSO** e **ONUAR SANTANA DE ARAÚJO**.

Da análise dos autos, verifico que se fazem presentes os fundamentos e os pressupostos que possibilitam que seja mantida a prisão preventiva dos custodiados, tendo em vista que há prova da existência dos crimes e indícios suficientes de autoria, principalmente diante das circunstâncias em que foi apreendida a droga, além dos robustos depoimentos dos Policiais Militares.

**Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos existentes nos autos, entendo estar presente um dos pressupostos que autoriza a prisão preventiva, qual seja, a ordem pública, tendo em vista a apreensão, nos pertences dos autuados de 02 (duas) porções de maconha, 02 (duas) munições calibre 22 (vinte e dois), 01 (uma) balança de precisão, 01 (uma) caderneta contendo anotações de valores, além da quantia de RS 507,45 (quinhentos e sete reais e quarenta e cinco centavos) e oito cheques na carteira do flagrado Onuar.**

**Importante mencionar que, que tais flagrados possuem condenações criminais, sendo contumazes na prática de crimes desta natureza, conforme PEP nº 135-78.2014.811.0021 (Jorge) - distribuído neste Juízo, e PEP nº 9537-29.2017.811.0006 (Onuar) - distribuído no Juízo da Comarca de Cáceres/MT, os quais cumprem pena em regime semiaberto.**

Outrossim, há evidência de que com o entorpecente, objetos e dinheiro apreendidos, estes flagrados estariam fomentando o uso e o comércio naquele município, gerando assim à inferência de que a ordem pública será abalada se estes permanecerem em liberdade, em razão da gravidade em concreto da conduta.

Com efeito, o crime de tráfico e associação para tráfico de droga, é o grande mal que assola este país, sendo desencadeador de outros graves crimes como furto, roubo, latrocínio e homicídio, dentre outros.

Por fim, também estão presentes os requisitos de admissibilidade para que seja mantida a prisão preventiva, uma vez que os delitos imputados aos segregados são punidos com penas privativas de liberdade, máxima, superior a 04 (quatro) anos, conforme previsto no art. 313, inciso I, do CPP.

2 - Quanto ao custodiado **RONI DE SOUSA ROSA**.

**Verifico que não se fazem presentes os fundamentos e os pressupostos que possibilitam a decretação da prisão preventiva do custodiado.**

**Apesar da reprovável conduta, ao consultar o Sistema Apoio vejo que tal flagrado é primário. Assim, considero que não há nada a impedir que se conceda a liberdade provisória para o autuado Roni, cumulada com medidas cautelares.**

Diante de todo o exposto, converto a prisão em flagrante de JORGE PEDROSO e ONUAR SANTANA DE ARAÚJO, em prisão preventiva, já

# Superior Tribunal de Justiça

que presentes os requisitos constantes do art. 312 e 313, incisos I e II, ambos do Código de Processo Penal. Para tanto, expeçam-se os respectivos mandados de prisão.

De outro modo, concedo ao custodiado RONI DE SOUSA ROSA, a liberdade provisória sem fiança, impondo-lhe ainda as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, conforme o artigo 319, do Código de Processo Penal:

- a) Proibição de freqüentar bares, boates, prostíbulos ou estabelecimentos congêneres, devendo o acusado permanecer longe desses locais para evitar o risco de novas infrações;
- b) Recolhimento domiciliar no período noturno, inclusive nos dias de folga do trabalho;
- c) Comparecimento mensal neste Juízo para informar e justificar suas atividades laborais e/ou educacionais;
- d) Proibição de ausentar-se da Comarca de sua residência, por mais de 07 (sete) dias, sem prévio aviso e anuência do Juízo do seu domicílio;
- e) Manter o seu endereço atualizado nos autos;
- f) Comprovar no prazo de 10 (dez) dias trabalho lícito.

Como se vê constata-se validade dos fundamentos do decreto prisional, pois foi apontada a gravidade concreta dos delitos, notadamente considerando-se que *tais flagrados possuem condenações criminais, sendo contumazes na prática de crimes desta natureza, conforme PEP nº 135-78.2014.811.0021 (Jorge) - distribuído neste Juízo, e PEP nº 9537-29.2017.811.0006 (Onuar) - distribuído no Juízo da Comarca de Cáceres/MT, os quais cumprem pena em regime semiaberto.*

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Importante destacar, ainda, não ser possível acolher-se a pretensão defensiva de extensão da ordem de soltura deferida ao corréu RONI DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

SOUSA ROSA ao paciente, uma vez que são distintas as suas situações fático-jurídicas. Enquanto aquele foi considerado primário, o paciente ostenta condenação anterior pela prática de crime da mesma natureza do que é objeto destes autos, estando em regime de cumprimento de pena semiaberto, o que demonstra a reiteração delitiva em sua conduta.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento do *habeas corpus*.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

